

O SIGNIFICADO ESPÁCIO-TEMPORAL DA EXCLUSÃO EM *LEVANTADO DO CHÃO*, DE JOSÉ SARAMAGO

M. DIAKHITÉ

A problemática do tempo sobressai, sem dúvida nenhuma, da composição da narração. Há, com efeito, uma extensão da diegese avaliável em termos de número de linhas e páginas. Um narrador, independentemente da sua natureza heterodiegética ou homodiegética, pode consagrar um comprimento variável de texto, isto é, mais ou menos tempo, à narração de um facto. Em compensação, a narratologia clássica tem habitualmente tendência a excluir o estudo do espaço. Na opinião de Gérard Genette, o espaço é uma componente do conteúdo, entendamos por aí, da história: não convém pois analisá-lo no quadro de um estudo da forma, isto é da narração. Aos teóricos da história é que incumbiria a tarefa de o abraçar.

Do segundo termo que este texto se ocupa, no latim clássico, *excludere* significando marginalizar, pôr na periferia; o vocábulo *exclusão* surgiu na França dos gloriosos anos trinta sob a pena de Pierre Massé, na altura Comissário Geral de Planejamento. Todavia é a René Lenoir (1989) que se reconhecerá o uso da lexia nas ciências humanas e da audiência de que usufrui hoje em dia junto ao grande público.

Sabemos também que a certas épocas históricas assim como a certos espaços físicos a problemática da exclusão são intimamente ligados. Mas é também verdade que na narratologia clássica, a análise do tempo e a do espaço são indissociáveis. Muitas vezes, há uma forte correlação entre as duas. Por exemplo, um espaço pode-nos ser apresentado numa época histórica particular (o latifúndio sob a monarquia, a título de exemplo). E a descrição do espaço durante um dia ou uma hora na diegese pode fazer-se numa ou duas páginas (é o que chamamos tempo da narração).

Sem perder de vista essas considerações relativas ao carácter indissociável do tempo e do espaço, outra exigência se impõe: o objetivo do trabalho exposto. Na resolução de um problema de uma equação matemática, a título de exemplo,

especialistas optaram pela divisão do problema em unidades simples. A análise do espaço-tempo só por si numa exegese revela-se complexa. Quando a ela se junta uma noção polissémica como a exclusão, a tarefa do crítico torna-se ainda mais árdua. Mesmo assim, uma série de perguntas merece ser feita: qual é a dimensão ideológica do espaço e do tempo em *Levantado do chão*; que aspectos, que modalidades revestem o espaço e o tempo relativamente à problemática da exclusão no nosso romance? A resposta a estas perguntas vai nos conduzir ao centro da nossa reflexão acerca da referida problemática.

Assim, sem querer dissociá-los explicitamente, estudaremos sucessivamente o sentido espacial e temporal da exclusão. Dissociaremos as duas análises quando isso se revelar necessário e útil para a nossa demonstração. Juntaremos os dois conceitos num outro trabalho que poderá ser intitulado, por exemplo, “O espaço-tempo em *Levantado do chão*”, em sintonia com as exigências da crítica literária. No presente texto vamos combinar subtilmente a análise literária e o procedimento do sociólogo, ou, como veremos a seguir, quando se tratar de nos debruçarmos sobre o habitat do povo, o método do arquitecto.

1. O sentido espacial da exclusão

Por um lado, se no decorrer do tempo, ela adopta conotações sociais ou outras, a noção de exclusão fica na sua origem, intrinsecamente ligada à noção de espaço, sendo o espaço, por definição, “um espaço socializado”¹. Também o fenómeno de exclusão concebe-se como uma situação na margem em relação a um centro: a um centro se opõem portanto as periferias consideradas como área de predilecção da marginalização. É precisamente esse sentido da exclusão relativo ao espaço que vamos tentar demonstrar para avaliar a pertinência desta problemática no nosso romance.

Para as necessidades de um tal modo de proceder, vamos, num primeiro momento, pôr em relevo a dimensão arquitectural da casa dos camponeses caracterizada pela sua promiscuidade, ao mesmo tempo, símbolo da sua exclusão; a seguir, a terra estrangeira como lugar de exclusão; e enfim, poremos a tónica sobre o universo carceral como *topos* de exclusão por excelência.

Nesta análise da exclusão do rural por meio da promiscuidade do seu habitat, basear-nos-emos essencialmente nos trabalhos de um crítico, José Joaquín Parra Banón (2004)², que, na nossa opinião, merecem uma menção particular. Inspirar-nos-emos portanto nos escritos deste especialista, para assentar a nossa própria argumentação. Para os devidos efeitos, interessar-nos-emos pela casa de dois casais de camponeses: o primeiro simbolizando a primeira geração de operários agrícolas constituída por Domingos Mau-Tempo e Sara da Conceição; o segundo incarnando a terceira geração formada por Manuel Espada e Gracinda Mau-Tempo.

A casa de Domingos Mau-Tempo e Sara da Conceição em São Cristovão é uma casa minúscula. Também convém assinalar que até hoje em dia, por numerosos que possam ser os cálculos, hipóteses e outras reflexões formulados a este respeito, ignoramos as mais pequenas dimensões que deve conter a arquitectura para que seja habitável. A este respeito, o especialista a que aludimos acima oferece-nos alguns exemplos dos Antigos que merecem reflexão:

Como contou Platão nos *Dialógos*, o cínico Diógenes, príncipe dos radicais, vivia num tonel sem queixar-se de falta de espaço ou de incomodidade; São Simão do deserto segundo afirmam os santorais, viveu parte da sua instável vida de pé sobre o capitel de uma coluna içada na desolação das dunas; mas este, que não alcançou o título de mártir, em vez de viver queria santificar-se, não podendo ser, portanto, nem patrono do habitável nem a sua estância em equilíbrio sobre a terra modelo de residência. (BAÑÓN, 2004, p.97).

Ao analisarmos este trecho, constatamos com o estudioso, que a casa de Domingos Mau-Tempo e Sara da Conceição, mesmo não sendo um tonel, nem uma tenda, não respeita as normas de habitabilidade viável. A sua morada lembra o tempo medieval. Mal mereceria, aliás, a designação de “casa” pois o significado do vocábulo, conforme Bañón, ultrapassa de longe o seu conteúdo. Pelo menos é esta a ideia que parece decorrer em filigrana deste trecho de *Levantado do chão*: “Meteram por uma travessa onde as casas alternavam com quintais, e parou diante de um casinhoto baixo. É aqui, perguntou a mulher, e o marido respondeu, É.” (SARAMAGO, 2004, p.22). Sobressai desta passagem a constatação de que a casa dos Mau-Tempo se caracteriza no que respeita à envergadura e ao tamanho pela sua pequenez: “um casinhoto baixo”, afirma o texto.

O espaço que nos é apresentado se organiza em função de um binarismo primário entre alto e baixo. Aqui, o alto simboliza as camadas privilegiadas e o baixo as periféricas. Na base destas considerações, vemos, portanto, que, do ponto de vista da envergadura, o tamanho da casa desta primeira geração de trabalhadores rurais é um signo distintivo revelador da exclusão dos oprimidos de que o casal Mau-Tempo representa o arquétipo mais notável. Para Parra Bañón, um casinhoto não é um palácio, ainda que os seus moradores tenham uma chave grande para abrir uma pequena porta. Essa contradição das dimensões, observa, é uma entre os inúmeros contratempos dos Mau-Tempo, como este que os espera: ao se instalarem numa casa velha, descobrem que ela é desprovida de janelas:

Com a grande chave, Domingos Mau-Tempo abriu a porta. Para entrar, tiveram de curvar-se, isto não é nenhum palácio de altos portões. A casa não tinha janela. À esquerda era a chaminé, de lareira rente ao chão. Domingos Mau-Tempo petiscou lume, soprou um punhado de palha e pôs-se a girar o fugaz archote para que a mulher visse a nova habitação. [...] A casa então ficou habitada. (SARAMAGO, 2004, p.22).

Da análise deste trecho sobressai a ideia segundo a qual não só a casa desta primeira geração de camponeses é velha mas também é desprovida de electricidade; nem dispõe de lâmpadas visando iluminar os locais como a tradição impunha em certos castelos medievais. Também convém sublinhar que esta casa se compõe apenas de cozinha; a cozinha com uma chaminé e o braseiro é um inferno em chamas, o tecto e as paredes só servem para que o fogo não se apague. A pequena casa tem como único adorno uma porta aberta para a rua e uma outra para o pátio, ambas simples válvulas postas nas extremidades de uma trajectória que se dilata. Trata-se portanto de um espaço doméstico, um lar exíguo cujas características essenciais são a promiscuidade e a falta de higiene.

O casal formado por Manuel Espada e Gracinda Mau-Tempo, simbolizando não só a terceira geração de trabalhadores rurais mas também a do despertar das consciências, não foge da regra. Na opinião de Parra Bañón, este casal vive como os avós da noiva, numa outra casa alugada, mas nesta, o pátio é ainda muito útil para essas actividades, que, por serem íntimas e higiénicas, costumam fazer-se, quando o indivíduo se encontra sozinho e não ao ar livre e mesmo no caso de não haver outras dependências como continua a ser aqui:

tão pequena a casa, de renda [...] Moro por aí [...] nesta casa que é só parede e porta, uma divisão em baixo e outra em cima, uma escadinha que treme quando lhe ponho o pé, e o lume apagado quando estivermos ausentes. Vamos morar nesta encosta de Monte Lavre, dentro deste quintalito, não chega o espaço para levantar a enxada se quisermos cultivar nele um pé de couve, é verdade que lhe dá o sol todo o dia, nem sei se vale a pena, não estamos gordos por isso. (SARAMAGO, 2004, p.216).

A casa dos Espada “é só parede e porta”. Nesta casa desprovida de janela, o papel assumido pela porta é duplo: serve ao seu papel e favorece a contemplação e o arejamento da casa. Frente à promiscuidade da casa pobre, uma imagem proveniente de um outro universo – a dos Bertos, símbolo do centro –, é susceptível

de ter efeitos negativos para a nossa sensibilidade de tal forma o acento das clivagens: as casas senhoriais são comparáveis verdadeiramente a castelos de luxo insolente. Ainda, a respeito desta casa dos Espada, José Joaquín Parra Bañón referindo-se ao trecho de *Levantado do chão*, estima:

Tem a casa, para ampliar a superfície, uma divisão horizontal que parece ser algo assim como um entrepiso, um chão de madeira de parede a parede que faz de armário, uma estante útil para guardar as alfaías do campo. Um piso em baixo onde se vive e um piso suspenso sobre parte dele; há também uma escadinha fraca e tremelicante que diz ao visitante que a casa está em mau estado. É a casa um quintalito com uma porta descoberta que metaforicamente, poderia chamar-se horta, ou pátio se coubesse uma enxada, ou jardim se for entendido como vaso; qualquer que seja o nome, poço ou respiradouro, o buraco está bem orientado, virado a sul; mas a orientação é subsidiária de maiores interesses na pobreza, do comer por exemplo, pois a soalheira é um bem que não alimenta, um prazer de que desfruta quem descansa e que temem, no meio dos campos às quatro da tarde e nas casas, os trabalhadores agrícolas e suas famílias. Sobra sol a esta casa, sendo tantas outras as suas carências (BAÑÓN, 2004, p.99).

Esta descrição pormenorizada da casa dos Espada põe em destaque um universo de pauperismo, ele próprio revelador da exclusão, demonstrando que o desenvolvimento contemporâneo das cidades em diversos países desvendou um fenómeno de concentração, agrupamento, densificação e guetorização dos desfavorecidos em bairros periféricos e casas insalubres e caracterizadas pela sua exiguidade. A descrição põe a tónica particularmente sobre elementos internos da casa em relação aos externos. E isso não é inocente. Visa traduzir, para além dos determinismos de carácter adventício dos factores climáticos, sociológicos e das condições socio-económicas, que a exclusão é antes de tudo um fenómeno endógeno que se vive no mais fundo de cada um de nós.

Depois vem a exclusão pela terra estrangeira. O estrangeiro simboliza o desconhecido. Aquele que suscita o medo. A esmagadora maioria da gente tem tendência para ligar o medo à ideia de fealdade. Mas é também comumente admitido que a beleza pode gerar o terror puro no caso de ela ser ligada ao desconhecido. A terra estrangeira reifica o viajante reforçando ao mesmo tempo o seu sentimento de exclusão. Aos constrangimentos exercidos pela geografia e o meio

físico sobre o forasteiro acrescenta-se a hostilidade de certos autóctones com eflúvios xenófobos. Explicitemos estas considerações.

Com efeito, o meio natural exerce determinismos negativos sobre os trabalhadores pobres no romance neo-realista. Na terra estrangeira, essas influências negativas tornam-se ainda mais pungentes. É portanto o caso das influências negativas do espaço físico sobre os jovens operários agrícolas António Mau-Tempo, Carolino da Avó e o seu amigo espanhol Miguel Hernandez em França sobre os quais vamos nos debruçar nos parágrafos a seguir.

Durante os períodos favoráveis da vida nacional, tem-se o hábito de atribuir esse sucesso ao mérito dos nacionais excluindo-se o estrangeiro. Mas tão logo os negócios públicos não funcionam correctamente e se encontram confinados num beco sem saída, temos o hábito de encontrar bodes expiatórios e muito frequentemente o primeiro incriminado é o forasteiro. É neste registo que convém inscrever a exclusão de António Mau-Tempo, de Carolino da Avó de Monte Lavre e do seu amigo espanhol Miguel Hernandez de Fuente Palmera, três jovens que, ao concordarmos com a autoridade enunciativa, foram trabalhar como operários agrícolas nos campos normandos à procura de um melhor dinheiro. Mas a sua exclusão é posta em evidência pelas alegações das prostitutas que consideram todos os estrangeiros, inclusive os ibéricos, como negros. Mas através desta atitude é um piscar de olho que Saramago parece dirigir a esta outra parte da Europa pois as pretendidas considerações emanam de personagens de costumes duvidosos. A isso se acrescenta a opressão tradicional pela terra estrangeira:

E a França, que é. A França é um campo infindo de beterrabas em que a binar se trabalha dezasseis ou dezassete horas por dia, é um modo de dizer, porque, sendo tantas, são todas as do dia e não poucas da noite. A França é uma família de normandos que vê entrar-lhe pela porta dentro três bichos ibéricos, dois portugueses e um espanhol da Andaluzia, mais explicadamente António Mau-Tempo e Carolino da Avó, de Monte Lavre, e Miguel Hernandez, de Fuente Palmera, este sabe suas palavras de francês, ciência de emigrante, e com elas diz que estão ali os três do contrato. A França é um palheiro de pouco resguardo para o pouco dormir e um prato de batatas, é uma terra onde misteriosamente não há domingos nem dias santos. A França é um derreamento de rins, duas facas espetadas aqui e aqui, uma aflição de cruces martirizadas, uma crucificação num bocado de chão. [...] A França é este desprezo, este falar e olhar em modo de mangação (SARAMAGO, 2004, p.288-289).

Colocadas no seu contexto, essas considerações, tomando em conta o papel assumido pelo escritor na sociedade, parecem não passar de meras alegações visando desanimar os candidatos à emigração pois, ainda em 1980, data de publicação de *Levantado do chão*, Portugal ainda não aderiu à comunidade europeia e uma emigração massiva esvaziava os campos portugueses das suas forças vivas.

É igualmente na mesma ordem de ideias que convém inscrever o envio massivo de opositores, vagabundos, contrabandistas, delinquentes e outros vigaristas para as colónias. O caso de José Gato é um exemplo significativo. Este bandido descarado e a sua malta dificultaram o trabalho da administração. Matou, roubou o rico e menosprezou as leis da República. Para proteger o pobre, não hesitou em despossessar o rico dos seus bens. Essa situação muito cedo o colocou numa situação conflituosa com a polícia e a Guarda Nacional Republicana do seu país. Apesar das inúmeras tentativas de aprisionamento – e não faltaram –, conseguiu, por vezes, mercê cumplicidades do mais alto nível da escala social, escapar das armadilhas postas pela justiça. A vida caracteriza-se pela sua transitoriedade e cada coisa tem um fim marcado. E um dia, ao passar por intensos momentos de alegria com a eleita do seu coração, se calhar denunciado, José Gato foi preso. Desta vez, a esperteza e a inteligência não serviram para nada. Foi o fim de um episódio movimentado da vida do latifúndio, pelo menos do ponto de vista dos privilegiados do Estado, e para os trabalhadores rurais a perda de um parceiro capital pois com este aprisionamento desvaneciam as esperanças de libertação dos opositores políticos presos. Nesse dia, o destino de José Gato teve um rumo decretado: será enviado para as colónias. Ouviu-se dizer de boca em boca que, lá, foi promovido a cabo da segurança. Outras línguas afirmaram que foi lá morto:

O José Gato é que só foi preso uns tempos depois, em Vendas Novas. Estava amantizado com uma mulher que vendia ali hortaliça e andava sempre disfarçado, por isso os guardas nunca o pilhavam, há quem diga que foi ela quem o denunciou, que isso eu não sei. Foi preso em casa da amante, num sótão, quando dormia, ainda disse, Se não me apanham a dormir, podem ter a certeza que não era desta. Depois falou-se que o levaram para Lisboa, e, assim como empregaram todos os outros por conta dos lavradores, disseram que o José Gato tinha ido para as colónias como agente da polícia de vigilância e defesa do estado. Não sei se ele aceitaria, custame a crer, ou se o mataram e deram essa desculpa, outros casos se têm visto, não sei (SARAMAGO, 2004, p.133)

Com toda a evidência, uma coisa é segura: o exílio nas colónias não é uma promoção, é a forma mais conseguida da exclusão. A distância aniquila os sentimentos. A este determinismo da distância acrescenta-se a tradicional opressão pelo meio físico muito frequentemente hostil ao estrangeiro: na verdade a terra estrangeira aliena o viajante e acentua nele o sentimento de solidão e de exclusão. Muitas vezes o estrangeiro sente-se ali nas extremidades do mundo ferozmente isolado.

Neste estudo da exclusão, na sua relação com a geografia, a prisão é verdadeiramente o ponto culminante. Ela simboliza o espaço de exclusão por excelência. Na sua génese consiste em isolar, *intra muros*, indivíduos perigosos para a sociedade. Vejamos concretamente, a este respeito, as informações que o material do nosso trabalho é de natureza a nos proporcionar.

A prisão constitui, com efeito, o clímax da coisificação do trabalhador rural. Atestam isso as condições desumanas de detenção de Sigismundo Canastro, João Mau-Tempo e Manuel Espada dados como cérebros da insurreição a favor de um aumento do ordenado: “O tecto do casarão é baixo, tem quase rente uma lâmpada eléctrica, só uma, vinte e cinco velas, não mais, ainda não deixámos os hábitos de poupar, e afinal o calor é insuportável, quem disse o contrário” (SARAMAGO, 2004, p.154). É a este mesmo registo que convém inscrever o suplício físico e moral sofrido pelos presos. O caso de João Mau-Tempo é um exemplo surpreendente:

João Mau-Tempo vai fazer setenta e duas horas de estátua. Vão-se-lhe inchar as pernas, terá vertigens, sera espancado com régua e com o cacete, sem muita força, mas para aleijar, de cada vez que as pernas cederem. Não chorava, mas tinha lágrimas nos olhos, os olhos boiavam em lágrimas, até uma pedra teria piedade. (SARAMAGO, 2004, p.270).

Algures uma pergunta merece ser feita: qual é o significado ideológico do tempo relativamente à problemática da marginalização social no nosso romance?

2. A dimensão temporal da exclusão

Noutra parte, uma outra acepção da exclusão e não das menos importantes, em *Levantado do chão*, é a relação entretida pelo tempo e o fenómeno de exclusão das personagens deste romance. Convém, logo de entrada, distinguir duas componentes dessa noção polissémica do tempo: o tempo físico e o tempo narrativo. As páginas deste estudo que antecederam consistiram em situar a noção de centro na História e no romance e ocultaram – pois não sendo o seu propósito – o lugar das periferias, a exclusão destas. Falar em poética equivale conduzir uma reflexão acerca

do espaço, o tempo, o enredo, os actores da narração. Neste título, depois de nos debruçarmos sobre o sentido espacial da exclusão, o nosso estudo ficaria incompleto se não tivesse abrangido a dimensão temporal dessa problemática.

Debruçar-se sobre a ordem temporal de uma narração, consiste em estabelecer um paralelismo entre a ordem de disposição dessas situações ou fracções temporais no discurso narrativo e a ordem de sucessão dessas mesmas situações ou segmentos temporais na história, sendo esta claramente mencionada na própria narração e portanto capaz de se extrair dela algum sinal alusivo. É claro que tal reedificação não é sempre na ordem do possível e que se torna fútil para certas obras-limites como os romances de Robbe-Grillet, em que “a referência temporal” se encontra intencionalmente desviada. É também inteiramente verdade, pelo contrário, que na narração tradicional, não só é frequentemente realizável, porque a narração nunca inverte a ordem de sucessão dos eventos sem o dizer explicitamente, mas também essencial; e exactamente pelo mesmo motivo: quando uma sequência narrativa começa por noções tais como “três meses mais cedo, etc.”, é preciso tomar em consideração o facto de que essa sequência vem depois, e que é presumida ser aparecida antes na diegese – um ou outro, ou para melhor dizer, a correlação (de contradição, ou de dissonância) entre um e outro, é fundamental para o texto narrativo, e ocultar essa correlação ao excluir um desses vocábulos, é ser infiel ao texto, é simplesmente o mandar *ad patres*, conforme Gérard Genette (1972).

Também convém precisar que, neste romance, Saramago confere uma atenção singular ao tempo. A visão que *Levantado do chão* nos oferece do tempo é, na nossa opinião, mais problemática do que a do espaço. À uniformidade do espaço fundamentalmente constituído pelo latifúndio – ou o Alentejo – se opõem a multiplicidade e a polissemia dos diferentes episódios da História nacional e do enredo romanesco. Assim, se podemos escapar do espaço, é muito difícil, até impossível, evitar as determinações temporais. A percepção do tempo que José Saramago frisa nesta metaficção historiográfica é ao mesmo tempo realista e subjectiva. A análise do tempo em *Levantado do chão* leva a uma constatação: a divisão deste em duas componentes: um tempo físico e um tempo narrativo.

Para dar conta dessa problemática, voltemos às referidas considerações de Gérard Genette. Contrariamente aos referidos romances de Robbe Grillet em que “la référence temporelle se trouve à dessein pervertie”, vemos que a ordem de sucessão temporal em *Levantado do chão* obedece à da narração clássica. Isto é, que a narração não tolda a ordem temporal de propósito sem previamente avisar o leitor com expressões tais como *autrefois*, *jadis* e fazendo abstracção do seu carácter iterativo *quelques fois* características da analepse ou *des années plus tard*, *trois mois après* características das prolepses. Entre as duas existem anacronias, um grau zero da escrita onde os dois elementos (tempo da história e pseudo-tempo da narração) se confundem.

Sabemos que o romance começa por uma descrição da paisagem do latifúndio que nos remete ao século XVI. Para nos convenceremos disso, basta simplesmente aludirmos ao trecho seguinte: “O que mais há na terra é paisagem [...], quem duvidará de que assim vai ficar até a consumição dos séculos” (SARAMAGO, 2004, p.11-14). É pois o ponto de partida da diegese. Durante quatro gerações dos Mau-tempo, a autoridade responsável pela narração retratará o percurso de exclusão dos trabalhadores rurais até ao advento da justiça social com a geração de Maria Adelaide Espada. Para pôr em evidência a ordem de sucessão temporal, examinemos o trecho seguinte:

Já de vontade não fora aquela outra rapariga, quase quinhentos anos antes, que estando um dia sozinha na fonte a encher sua infusa, viu chegar um daqueles estrangeiros que viera com Lamberto Horques Alemão, alcaide-mor de Monte Lavre por mercê do rei Dom João o primeiro, gente de falar desentendido, e que, desatendendo aos gritos e rogos da donzela, a levou para uma espessura de fetos onde, a seu prazer, a forçou. Era um galhardo homem de pele branca e olhos azuis, que não tinha outra culpa que o atizado do sangue, mas ela não foi capaz de lhe querer bem e sozinha pariu como pôde ao fim do tempo. Assim, durante quatro séculos estes olhos azuis vindos da Germânia apareceram e desapareceram tal como os cometas que se perdem no caminho e regressam quando com eles já não se conta, ou simplesmente porque ninguém cuidou de registar as passagens e descobrir a sua regularidade (SARAMAGO, 2004, p.24).

Este trecho diz respeito à génese dos Mau-Tempo que, como o apelido (Mau-Tempo) o indica, prediz um futuro difícil para as três gerações dessa família campoensa. Há um primeiro segmento narrativo (“Já de vontade não fora aquela outra rapariga, quase quinhentos anos antes, que estando um dia sozinha na fonte a encher a infusa, viu chegar um daqueles estrangeiros que viera com Lamberto Horques Alemão, alcaide-mor de Monte Lavre por mercê do rei Dom João o primeiro, gente de falar desentendido, e que, desatendo aos gritos e rogos da donzela, a levou para uma espessura de fetos onde, a seu prazer, a forçou”). Chamemos este primeiro segmento A. Há em A duas referências temporais essenciais: “quase quinhentos anos antes” e a alusão à época do “rei Dom João o primeiro”.

O segundo segmento é o seguinte: “Era um galhardo homem de pele branca e olhos azuis, que não tinha outra culpa que o atizado do sangue, mas ela não foi capaz

de lhe querer bem e sozinha pariu como pode ao fim do tempo.” Chamemos este segmento *B*. Há uma referência temporal “ao fim do tempo”.

Enfim o último segmento narrativo é o seguinte: “Assim, durante quatro séculos estes olhos azuis vindos da Germânia apareceram e desapareceram tal como os cometas que se perdem no caminho e regressam quando com eles já não conta, ou simplesmente porque ninguém cuidou de registar as passagens e descobrir a sua regularidade”. Chamemos este segmento *C*. Há duas referências temporais em *C*: “durante quatro séculos” e “quando”. Trata-se de uma espécie de prolepse.

Completemos a nossa análise. No segmento *A*, a referência temporal “quase quinhentos anos antes” constitui a data da violação da donzela antepassada dos Mau-Tempo. Mas quer também dizer que os eventos contados aparecem antes do que a instância narradora está a contar na diegese. “Na época do rei Dom João o primeiro” vem acrescentar uma precisão à época referida. Com esta perífrase, sabemos daí para diante que são quinhentos anos mais cedo, na época de Dom João o primeiro que a referida donzela foi violentada. Trata-se do início do fenómeno de exclusão dos camponeses. No segmento *B*, a referência temporal “ao fim do tempo” proporcina-nos informações respeitantes ao fim da errância antepassada dos Mau-Tempo. E enfim no segmento *C*, “durante quatro séculos” e “quando” dá-nos informações acerca da duração do fenómeno de exclusão dos trabalhadores rurais (quatro séculos) ou seja da regência de Dom João 1º no século XVI até ao século XX, e mais precisamente em 1980, ou seja, seis anos depois da Revolução dos Cravos. Mas sobretudo a referência temporal “durante quatro séculos” parece dizer-nos que os eventos relatados vêm depois do que o narrador está a contar. Trata-se de um durativo com valor de prolepse pois há um desenrolar do presente para o futuro.

Consideremos *O* o ponto de partida da diégese. Temos desde então a configuração seguinte: $O \rightarrow A \rightarrow B \rightarrow C$ A não ser o movimento retrospectivo de *O* para *A*, não há ziguezagues, temos antes pelo contrário uma certa linearidade dos acontecimentos contados parecida com a linearidade.

Noutras passagens certas referências temporais parecem nítidas: a época da Monarquia, a Primeira República, a Ditadura Militar, o Estado Novo, a transição caetanista, o período pós-revolução dos cravos ou as alusões de ordem estacional: Outono, Inverno, Primavera, Verão.

Nesta perspectiva, convem notar que embora seja dificilmente classificável nas correntes literárias notórias da sua época, Saramago admite todavia a influência do Neo-Realismo literário pelo menos em *Levantado do chão* (cf. VIÇOSO, 1999). O desfile das quatro estações do ano é uma opção ideológica fundamental neo-realista, sempre útil para caracterizar a transformação das situações sociais. Por causa do mau tempo que trazem, o Inverno, o Outono, e por vezes os verões chuvosos e de trovoadas são momentos privilegiados de exclusão.

Noutra parte, certas referências temporais são turvas. É o que notamos por via das prolepses observadas em certos episódios do enredo. Estas visões para diante, em particular, a do fim do romance, depois da ressurreição dos mortos parecem mais provir de uma visão escatológica do futuro das civilizações do que de experiências vividas pelo ficcionista. Contudo, por ser turva, esta prolepse não passa de um meio que permite aos proletários eliminar os demônios da exclusão. De facto, o seu advento coincide com o surto da justiça social.

No que diz respeito ao tempo narrativo, convém assinalar que, para estruturar o aspecto ideológico do seu romance, Saramago incorporou na sua obra de ficção factos herdados da História nacional. Nesse sentido, História e ficção são indissociáveis. Entendemos pois por tempo narrativo tanto os episódios da História como o tempo da narração: imperfeito, presente gnómico e futuro.

A história entendida ao mesmo tempo como *History* (história no mundo referencial) e narração ficcional (*story*) do latifúndio é uma história de exclusão, pelo menos se acreditarmos nos dizeres da instância narrativa em *Levantado do chão*. A Monarquia tinha os seus filhos, os seus acólitos, os seus protegidos – senhores, barões, duques, duquesas e outros condes e condessas – e excluía tudo quanto não fosse idêntico a esse *nós* primordial (camponeses, vigaristas e outros parentes pobres do reino). O mesmo parece se repetir adiante: tanto a Primeira República como o Salazarismo, passando pela Ditadura Militar, tinham os seus favoritos e os seus excluídos.

Nem o Portugal do amanhecer imediato da Revolução fugirá da regra: ao quererem suprimir as desigualdades sociais, diante da complexidade da tarefa, as elites políticas resolvem por sacrificar partes importantes da sociedade em prol da paz social, de um crescimento cuidadoso e de uma vontade sem cessar reafirmada em integrar a comunidade europeia. Só o “presente” da clausura do romance em que os mortos e os vivos se encontram, depois da Revolução, é um oásis de justiça no vasto deserto da História.

Essa última (a clausura do texto) é-nos apresentada sob uma forma apocalíptica. Ao ver de Kermode (1967), no apocalipse é preciso tomar em consideração dois aspectos. Numa parte, mentalmente se procede à harmonização do passado, recuperado pela memória, com o futuro que é predito. Ora, quem disser fim – e fim para a humanidade e o planeta – diz terror, medo, desolação. Por outro lado, esse fim será todavia o advento de uma nova humanidade. Quais são as lições que podemos tirar da exegese bíblica a este respeito? Concordemos em dizer que o último livro da revelação para os cristãos – porque Saramago convoca frequentemente este livro em *Levantado do chão* – prediz severas sanções contra os descrentes. Mas anuncia também o início de tempos novos.

À maneira do nebuloso tempo das origens da abertura de *Levantado do chão*, o fim do século em Portugal (1980) que o romance representa é também um

momento de renascimento, de transformação, conclusões e de começos. Quanto a este aspecto da questão os últimos capítulos do romance são extremamente elucidativos. A este título, o penúltimo capítulo fala dos terrores e das tentativas de fuga dos latifundiários. As falas de Dona Clemência são, a este respeito, edificantes: “estava-me reservada esta provação, ver a terra de meus avós nas mãos destes ladrões, é o fim do mundo quando se ataca a propriedade, alicerce divino e profano da nossa civilização material e espiritual” (SARAMAGO, 2004, p.361).

Nessas linhas finais do livro, o leitor intrigado vê Lamberto queixar-se junto ao cabo Tacabo por alusão a esses “acontecimentos apocalípticos”.

Em função dos objectivos enunciados na nossa introdução e na base da análise da obra *Levantado do chão* de José Saramago, convém dizer que a instância autorial tentou pintar um universo de exclusão na sua tentativa de denunciar os abusos do salazarismo (e mais tarde do caetanismo). Esse regime político plutocrático favorecia, como vimos, as elites políticas, religiosas, económicas ou culturais em detrimento da esmagadora maioria da população (o proletariado agrícola). Esse antagonismo de classes é bem evidente em *Levantado do chão* e transparece explicita ou implicitamente através da análise do espaço e do tempo na sua relação com a problemática da exclusão (que fica uma das preocupações maiores do romancista nesta obra publicada sugestivamente em 1980, ou seja 6 anos depois da Revolução dos Cravos).

Por um lado, em *Levantado do chão*, o estudo do espaço visa pôr em destaque o fenómeno da exclusão das classes pobres. Por exemplo, as moradas dos proletários rurais são pequenas, caracterizadas pela promiscuidade e a falta de higiene ao passo que as dos latifundiários são luxuosas e grandes. Também o meio físico (prisão, a terra estrangeira) ou a natureza são geralmente hostis aos camponeses pobres pois acentuam o seu fenómeno de exclusão na medida em que estes se encontram já em condições materiais bastante difíceis.

Por outro lado, o tempo (seja ele físico ou narrativo) põe também em relevo a marginalização da esmagadora maioria da população (os trabalhadores rurais) por uma pequena minoria (os ricos latifundiários), isso do século XVI até o surto das primeiras luzes democráticas ocorridas com a Revolução do 25 de Abril de 1974. Assim convém dizer que a monarquia tinha os seus acólitos, os seus protegidos (barrões, duques e duquesas) e excluía tudo quanto não fosse idêntico a este Nós primordial (trabalhadores pobres, vigaristas, contrabandistas, bêbedos – o caso Domingos Mau-Tempo – e outros parentes pobres do reino). A Primeira República, o Salazarismo, a transição caetanista, a época pós-revolucionária também não fugiram da regra.

Vimos pois que o estudo do espaço e do tempo na sua relação com a problemática da exclusão constitui uma das preocupações indelmentáveis do autor

José Saramago em *Levantado do chão*. Desta maneira, as reflexões assim apresentadas devem ser consideradas como uma contribuição e não como uma tentativa não confessada consistente em confinar numa definição limitadora a heterogeneidade e a diversidade da produção ficcional de Saramago acerca da referida problemática neste romance.

Uma vez imaginada a dimensão espaço-temporal da exclusão, podemos, por exemplo, situar a parte de responsabilidade que incumbe às instituições, por um lado, e aos indivíduos eles próprios, por outro lado, nesse percurso de exclusão dos rurais do latifúndio. Mas na verdade, isso pode constituir o ponto de partida da redação de um outro artigo.

Notas

¹ Numa exegese consagrada à *L'Étranger* de Albert Camus, o crítico literário, Joël Malrieu (1996, p.159), definiu a sociedade como sendo um espaço, com certeza, não físico mas socializado.

² Principalmente o Capítulo III, “Acerca da casa habitada”, de *Pensamento Arquitectónico na obra de José Saramago* (Lisboa: Editorial Caminho, 2004).

Referências

- BANÓN, José Joaquín Parra. “Acerca da casa habitada”. In: *Pensamento Arquitectónico na obra de José Saramago*. Trad. de Margarita Correia. Lisboa: Editorial Caminho, 2004, p.93-126.
- GENETTE, Gérard. *Figures III*. Paris: Seuil, 1972.
- GENETTE, Gérard. *Nouveau discours du récit*. Paris: Seuil, 1983.
- LENOIR, René. *Les Exclus: un Français sur dix*. Paris: Seuil, 1989.
- MALRIEU, Joël. “Dossier”. In: CAMUS, Albert. *L'Étranger*. Paris: Gallimard, 1996. Collection Folio.
- SARAMAGO, José. *Levantado do chão*. 16 ed. Lisboa: Editorial Caminho, 2004.
- VIÇOSO, Vitor. “Levantado do Chão e o romance neo-realista”. In: *Colóquio/ Letras*. Lisboa, n.151-152, Fundação Calouste Gulbenkian, jan. 1999, p.239-248.